

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SAÚDE MENTAL - ARQUIVOLOGIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.
"Crer é muito monótono, a dúvida é apalxonante."
05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., será eliminado do certame.
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Coordenação de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12. 546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SAÚDE MENTAL - BIBLIOTECONOMIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.
- "Crer é muito monótono, a dúvida é apaixonante."**
05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., será eliminado do certame.
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Coordenadoria de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12. 546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SAÚDE MENTAL - HISTÓRIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.
"Crer é muito monótono, a dúvida é apaixonante."
05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., será eliminado do certame.
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Coordenadoria de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12. 546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SAÚDE MENTAL - MUSEOLOGIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.
- "Crer é muito monótono, a dúvida é apaixonante."**
05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., será eliminado do certame.
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Coordenadoria de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12. 546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos **deverão** permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SAÚDE MENTAL - MUSICOTERAPIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.
- "Crer é muito monótono, a dúvida é apaixonante."**
05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., será eliminado do certame.
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Coordenadoria de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12. 546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

01. A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Leia atentamente as afirmativas abaixo que abordam esta Lei:

I – o SUS conta com a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde como instâncias colegiadas em cada esfera de governo

II – a Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos

III – a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será minoritária em relação ao conjunto dos demais segmentos

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) I, II e III
- (D) somente I

02. Considerando o exposto no artigo 200 da Constituição Federal de 1988, compete exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS):

- (A) executar as ações de saneamento básico
- (B) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica
- (C) transportar, guardar e utilizar substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos
- (D) produzir medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos

03. As ações voltadas à saúde da criança no âmbito do SUS são orientadas pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), conforme item 2.6.1 do Plano Nacional de Saúde 2024-2027. O PNAISC se estrutura em sete eixos estratégicos, apresentados abaixo:

Eixo 1: Atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido

Eixo 2: Aleitamento materno e alimentação complementar saudável

Eixo 3: Promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral

Eixo 4: Atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas

Eixo 5: Atenção integral à criança em situação de violências, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz

Eixo 6: Atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade

Eixo 7: Vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno

Considerando os 7 eixos estratégicos do PNAISC, assinale a alternativa que apresenta o eixo que tem como um dos seus objetivos a identificação e o tratamento precoce de doenças congênitas:

- (A) eixo 1
- (B) eixo 2
- (C) eixo 3
- (D) eixo 5

04. De acordo com o artigo 198 da Constituição Brasileira de 1988, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com algumas diretrizes, entre as quais pode-se citar:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo

II - atendimento integral, com prioridade para os serviços assistenciais, sem prejuízo das atividades preventivas

III - participação da comunidade

Considerando as afirmativas citadas, estão **CORRETAS**:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II e III
- (D) I, II e III

05. O artigo 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, apresenta os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). O *"conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema"*, corresponde ao princípio da:
- (A) descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo
 - (B) utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades
 - (C) universalidade de acesso aos serviços de saúde
 - (D) integralidade de assistência
06. Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, é **CORRETO** afirmar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) que:
- (A) as Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre usuários da saúde, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS)
 - (B) os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente à Conferência Nacional de Saúde
 - (C) os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam
 - (D) à direção municipal do SUS compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e transferir a execução dos serviços públicos de saúde à iniciativa privada
07. As ações e serviços de saúde na atenção especializada estão descritos no item 2.5.2 do Plano Nacional de Saúde 2024-2027. Assinale a alternativa que apresenta apenas ações e serviços de saúde na atenção especializada:
- (A) atenção às urgências e promoção da saúde
 - (B) atenção à saúde bucal e atenção às urgências
 - (C) atenção às pessoas com doenças raras e imunização
 - (D) atenção domiciliar e atenção à pessoa com deficiência
08. O artigo 5º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, apresenta os objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS). Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta objetivo do SUS:
- (A) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas
 - (B) definir diretrizes, apenas de âmbito nacional, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados
 - (C) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde
 - (D) a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde, como a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física e o acesso aos bens e serviços essenciais, entre outros
09. De acordo com o Plano Nacional de Saúde 2024-2027 (PNS 2024-2027), no item 2.5.2.2 Atenção Hospitalar, *"a assistência hospitalar no SUS é organizada a partir das necessidades da população, a fim de garantir o atendimento aos usuários, com apoio de uma equipe multiprofissional, que atua no cuidado e na regulação do acesso, na qualidade da assistência prestada e na segurança do paciente"*. O serviço hospitalar destinado a usuários em situação clínica grave ou de risco, clínico ou cirúrgico, necessitando de cuidados intensivos, assistência médica, de enfermagem e fisioterapia, ininterruptos, monitorização contínua durante as 24 horas do dia, além de equipamentos e equipe multidisciplinar especializada é:
- (A) o Hospital-Dia
 - (B) o Hospital Filantrópico
 - (C) a Unidade de Terapia Intensiva (UTI)
 - (D) a Unidade de Cuidados Prolongados
10. A participação da iniciativa privada na assistência à saúde é abordada no artigo 199 da Constituição Brasileira de 1988. Sobre esta questão, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo autorizada a comercialização em alguns casos
 - (B) as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos
 - (C) é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País em qualquer caso
 - (D) é permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos

**CONTEÚDO COMUM - ARQUIVOLOGIA / BIBLIOTECOLOGIA
/ HISTÓRIA / MUSEOLOGIA / MUSICOTERAPIA**

11. Sobre a diferença entre a ética e a moral, veja a seguinte explicação de Rios: "A ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a dimensão moral do comportamento do homem. (...) A moral, em uma determinada sociedade, indica o comportamento que deve ser considerado bom e mau" (RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 34-35)

Poderíamos sintetizar as diferenças entre ética e moral a partir dos seguintes critérios:

- I - A ética é teórica, enquanto a moral é prática;
- II - A ética é geral, enquanto a moral é específica e trata de problemas concretos;
- III - A ética é uma ciência, cujo objeto é a moral. A moral é uma forma de comportamento humano, cuja compreensão é tarefa da ética.

Sobre esta assertiva é **CORRETO** afirmar que:

- (A) I e III estão corretas
 - (B) II e III estão corretas
 - (C) I, II e III estão corretas
 - (D) I, II e III estão incorretas
12. Os direitos humanos "correspondem a necessidades que são iguais para todos os seres humanos e que devem ser atendidas para que a pessoa possa viver com a dignidade que deve ser assegurada a todas as pessoas" (DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Moderna, 2008. p.13)
- A Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborada pela ONU – Organização das Nações Unidas em 1948, trata dos direitos fundamentais a todo ser humano. Assinale abaixo a opção que **NÃO** corresponde a um desses direitos:
- (A) direito à escravidão
 - (B) direito à liberdade
 - (C) direito à saúde
 - (D) direito à vida
13. São virtudes profissionais básicas aquelas necessárias para que o exercício profissional seja feito com bases morais sólidas, dentro dos padrões éticos estabelecidos pela sociedade, sendo o mínimo que um profissional precisa ter para o exercício de suas atividades. São elas:
- (A) zelo, honestidade, sigilo e competência
 - (B) zelo, pontualidade, transparência e sonegação
 - (C) sigilo, transparência, honestidade e sonegação
 - (D) sigilo, procrastinação, boa vontade e transparência

14. Segundo Whitaker (2002), o _____ é um instrumento concebido pelas empresas, a fim de estabelecer a seus executivos e funcionários formas de conduta que devem ser seguidas e cumpridas. Através dele, é possível que as empresas expressem sua cultura, além de servir como ferramenta e direcionamento da sua visão, **missão** e valores. (WHITAKER, Maria do Carmo. Por que as empresas estão implantando códigos de ética? 2002.)

A alternativa que preenche **CORRETAMENTE** a lacuna e corresponde a assertiva acima é:

- (A) código de integridade socioambiental
 - (B) código de responsabilidade social
 - (C) código de transparência fiscal
 - (D) código de ética
15. O encontro entre duas culturas distintas pode gerar, por conta da ignorância e pelo sentimento de superioridade (etnocentrismo), atos de violência que jamais poderão ser reparados. O etnocentrismo é uma visão de mundo que julga outras culturas com base na própria, considerando-a como a única correta e superior. A alternativa que **NÃO** exemplifica o etnocentrismo é:
- (A) a escravização dos negros e a dizimação dos indígenas
 - (B) a chegada do homem à Lua e a viagem de pessoas a outros países
 - (C) a relação entre pessoas da mesma família e a chegada do homem à Lua
 - (D) a investigação sobre os hábitos alimentares de outro país e a chegada do homem à Lua

16. "Não há Responsabilidade Social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa, por um lado, pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscais do governo e, por outro lado, desenvolver programas junto a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de Responsabilidade Social". (BOSENBECKER, Alessandra; BARBOSA, Daniel Dias; CALIXTO, Marcelo; MARTIRE, Marcos Antonio. **Responsabilidade social**, 2011. Disponível em: <www.assesc.edu.br/download/4-jornada.../Responsabilidade_Social.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016., p. 10)

Na citação acima o autor **AFIRMA** com sua assertiva que:

- (A) as empresas precisam se preocupar com ética e responsabilidade social, mas na prática é impossível trilhar um caminho de responsabilidade social
- (B) a responsabilidade social e a ética precisam caminhar e operar juntas nos negócios de uma empresa. E suas ações em todos os âmbitos precisam estar baseadas e comprometidas com esses conceitos
- (C) a ética e a responsabilidade social são coisas distintas em uma empresa, e cada uma deve orientar determinado setor, e as políticas empresariais. É possível sim ter êxito nos negócios sem ética e responsabilidade social
- (D) o desenvolvimento de programas junto a entidades sociais da comunidade é importantíssimo para uma empresa que quer se comprometer com responsabilidade social, independente de sonegação fiscal ou má remuneração dos funcionários

17. "(...) a economia funciona conforme um conjunto de regras próprias. E uma regra clássica da economia é a que define a regulação dos preços a partir do equilíbrio entre oferta ao mercado e procura." (LOPES, Dinarte. *Ética, cidadania e direitos humanos* – Natal: EdUnP, 2010. p. 182)

A assertiva acima refere-se ao sistema econômico denominado:

- (A) marxismo
- (B) socialismo
- (C) capitalismo
- (D) comunismo

18. Rezende e Castro (2011) afirmam que a responsabilidade social e ambiental, são questões muito importantes, que precisam ser inseridas no cotidiano da organização, e de seus colaboradores. Além disso, a responsabilidade social pode ser considerada estratégica, já que os clientes, atualmente, optam por marcas que tenham engajamento com alguma causa social.

(REZENDE, Frederico Pifano; CASTRO, Janine Mattar Pereira de. *Ética na empresa: o indivíduo e suas relações no trabalho*, 2011.)

Para eles a empresa cidadã é aquela que:

- (A) se preocupa com os danos que a fabricação de seus produtos pode causar ao meio ambiente e à sociedade, e toma medidas para que os danos não existam ou que sejam os menores possíveis
- (B) tem responsabilidade social, mas não abre mão da sua missão e dos seus objetivos mesmo que estes tragam danos ao meio ambiente
- (C) está em dia com suas obrigações fiscais e tributárias, entendendo sua responsabilidade social e ambiental diante da população
- (D) precisa ter competências para tornar suas ações concretas, sem abrir mão dos valores que defende e da missão da empresa

19. Um dos instrumentos utilizados para a criação de uma política ética foi a ISO (International Organization for Standardization) 26000. Um instrumento de orientação sobre responsabilidade social que define como as organizações devem considerar aspectos socioambientais em suas decisões e atividades. A responsabilidade social, segundo a ISO 26000 se define pelo(a):

- (A) combate às desigualdades sociais através de programas socioambientais devidamente autorizados e certificados pela ISO 26000
- (B) conjunto de normas e comportamentos que devem ser seguidos pelas empresas e orienta que parte dos lucros da empresa seja para investimentos em programas socioambientais
- (C) obrigação das organizações em contemplarem ações socioambientais em suas cartilhas, sendo responsabilizadas pelas consequências de suas políticas e possíveis crimes ambientais
- (D) desejo das organizações em incorporarem comportamentos socioambientais em suas atividades e a responsabilizar-se pelos impactos que estas podem causar à sociedade e ao meio ambiente

20.

Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão? – G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti (Samba-enredo de 2018)

[...]Senhor, eu não tenho a sua fé

E nem tenho a sua cor

Tenho sangue avermelhado

O mesmo que escore da ferida

Mostra que a vida se lamenta por nós dois

Mas falta em seu peito um coração

Ao me dar a escravidão

E um prato de feijão com arroz

Eu fui mandiga, cambinda, haussá

Fui um Rei Egbá preso na corrente

Sofri nos braços de um capataz

Morri nos canaviais onde se plantava gente[...]

(Disponível em www.letras.mus.br/gres-paraíso-do-tuiuti/samba-enredo-2018-meu-deus-meu-deus-esta-extinta-a-escravidao. Acesso em 25/11/2024)

O trecho do samba-enredo da G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti retrata a condição da escravização a que foram submetidos os africanos, mostrando que:

- (A) os resultados dessa escravização já foram reparados socialmente pelos governos ao longo do tempo e que apesar de muito sofrimento e violência, isso já está superado
- (B) os negros escravizados trazidos do continente africano foram colocados na mesma condição do homem branco português que habitava o território brasileiro durante o período da escravização
- (C) os resultados dessa escravização foram a morte e o extermínio de sociedades inteiras no continente africano, além do sofrimento incalculável e indescritível dos indivíduos submetidos a essa violência
- (D) os negros escravizados trazidos do continente africano foram submetidos a um sofrimento incalculável mas tiveram a oportunidade de serem reis e rainhas em terras brasileiras, possuindo territórios para plantações e lucro

21. A globalização se refere aos processos de promoção da interconexão internacional, de modo a aumentar os fluxos comerciais, de investimentos e de comunicações entre as nações. Na concepção dessa assertiva temos a globalização como:

- (A) liberalização
- (B) ocidentalização
- (C) desterritorialização
- (D) internacionalização

22. De acordo com disposto sobre o Código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, o ato de corrupção pode ser definido como o ato de:

- (A) induzir ou concorrer para assunção de vantagem administrativa ilegal ou ilegítima, seja ela econômica ou não, cometido por agente público, fornecedor, colaborador externo ou cidadão, o qual atente contra à Administração Municipal, sua legislação, suas regras de conduta, seus valores éticos e institucionais, e que de qualquer forma busque prejudicar por ação ou omissão, a correta utilização dos recursos públicos, e/ou a adequada prestação de serviços municipais à sociedade
- (B) induzir ou concorrer para assunção de vantagem administrativa legal ou legítima, seja ela econômica ou não, cometido por agente público, fornecedor, colaborador externo ou cidadão, o qual atente contra à Administração Municipal, sua legislação, suas regras de conduta, seus valores éticos e institucionais, e que de qualquer forma busque prejudicar por ação ou omissão, a correta utilização dos recursos públicos, e/ou a adequada prestação de serviços municipais à sociedade
- (C) induzir ou concorrer para assunção de vantagem administrativa ilegal ou legítima, seja ela econômica ou não, cometido por fornecedor, colaborador externo ou cidadão, o qual atente contra à Administração Municipal, sua legislação, suas regras de conduta, seus valores éticos e institucionais, e que de qualquer forma busque prejudicar por ação ou omissão, a correta utilização dos recursos públicos, e/ou a adequada prestação de serviços municipais à sociedade
- (D) induzir ou concorrer para assunção de vantagem administrativa legal ou ilegítima, exclusivamente de natureza econômica, cometido exclusivamente por agente público, o qual atente contra à Administração Municipal, sua legislação, suas regras de conduta, seus valores éticos e institucionais, e que de qualquer forma busque prejudicar por ação ou omissão, a correta utilização dos recursos públicos, e/ou a adequada prestação de serviços municipais à sociedade

23. A impessoalidade, a eficiência, o interesse público e a efetividade constituem princípios que devem reger a conduta do agente público municipal. Sobre estes princípios, leia as assertivas que seguem e responda:

I. a impessoalidade, que é a obrigação de atuação do agente público municipal em busca da finalidade pública, caracterizada pelo atendimento dos interesses da sociedade civil, sendo vedada a promoção pessoal, como divulgação de nomes, símbolos ou similares que associem a atuação do ente público a um agente público específico

II. por força da eficiência, os agentes públicos deverão desempenhar as atividades administrativas com produtividade e competência de modo a gerar impacto positivo na sociedade

III. por força do interesse público, no exercício da atividade administrativa, o agente público deve atuar sempre visando à finalidade pública prevista, implícita ou expressamente, no ordenamento jurídico vigente sem vislumbrar interesses privados

IV. por força da efetividade, espera-se a melhor utilização possível dos recursos públicos disponibilizados ao agente público municipal, a fim de se alcançar o desempenho mais satisfatório de suas atribuições para atender ao interesse público

- (A) I e III estão corretas
- (B) II, e IV estão corretas
- (C) I, II e IV estão corretas
- (D) I, III e IV estão corretas

24. Constitui dever fundamental do agente público:

- (A) utilizar os recursos disponibilizados pelo município estritamente para desenvolver projetos que julgar ser viáveis
- (B) cumprir com suas obrigações funcionais previstas na legislação, em obediência às ordens e orientações de sua respectiva chefia, ressalvadas as manifestamente ilegais
- (C) desempenhar, intempestivamente e de forma adequada, as atribuições do cargo, função ou emprego público que esteja exercendo, mantendo-se adimplente e regular com os registros profissionais nos respectivos órgãos autorizativos, quando o cargo efetivo o exigir
- (D) ser assíduo, pontual e frequente ao serviço, cumprindo a carga horária estabelecida para o seu cargo, bem como o horário de trabalho acordado junto à chefia imediata, exceto se tiver, assuntos particulares mais importantes que podem ocasionar ausências ou atrasos ao trabalho

25. É vedado ao agente público municipal:

1 - alterar ilícitamente ou deturpar o teor de documentos sob sua responsabilidade.

2 - retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer bem pertencente ao patrimônio público.

3 - apresentar-se no ambiente de trabalho sob a influência de substâncias alcoólicas ou entorpecentes para prestar serviço.

4 - respeitar o sigilo inerente às informações obtidas decorrentes do exercício das suas atividades.

(A) 1 é falsa e 2, 3 e 4 são verdadeiras

(B) 1, 2 e 3 são falsas e 4 é verdadeira

(C) 1, 2 e 3 são verdadeiras e 4 é falsa

(D) 1, 2 e 4 são verdadeiras e 3 é falsa

26. Conforme o disposto no artigo 6º da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, toda pessoa tem responsabilidade para que seu tratamento e recuperação sejam adequados e sem interrupção. Para que seja cumprido o disposto neste artigo, as pessoas deverão:

(A) deixar de assumir a responsabilidade pela recusa a procedimentos, exames ou tratamentos recomendados e pelo descumprimento das orientações do profissional ou da equipe de saúde

(B) ficar desatento às situações de sua vida cotidiana que coloquem em risco sua saúde e a da comunidade, e deixar de adotar medidas preventivas

(C) ocultar, da autoridade sanitária local, a ocorrência de caso de doença transmissível, quando a situação requerer isolamento ou quarentena da pessoa ou quando a doença constar da relação do Ministério da Saúde

(D) seguir o plano de tratamento proposto pelo profissional ou pela equipe de saúde responsável pelo seu cuidado, que deve ser compreendido e aceito pela pessoa que também é responsável pelo seu tratamento

27. Os órgãos de saúde deverão informar às pessoas sobre a rede SUS pelos diversos meios de comunicação, bem como nos serviços de saúde que compõem essa rede de participação popular em relação a:

(A) exclusivamente os endereços; telefones; horários de funcionamento; ações e procedimentos disponíveis

(B) somente o nome do responsável pelo serviço; os nomes dos profissionais; o horário de trabalho de cada membro da equipe, inclusive do responsável pelo serviço; e as ações e procedimentos disponíveis

(C) endereços; telefones; horários de funcionamento; ações e procedimentos disponíveis, além de constar, em local visível à população, o nome do responsável pelo serviço; os nomes dos profissionais; o horário de trabalho de cada membro da equipe, excetuando-se o do responsável pelo serviço

(D) endereços; telefones; horários de funcionamento; ações e procedimentos disponíveis, além de constar, em local visível à população, o nome do responsável pelo serviço; os nomes dos profissionais; o horário de trabalho de cada membro da equipe, inclusive do responsável pelo serviço; e as ações e procedimentos disponíveis

28. Toda pessoa tem direito aos diversos mecanismos de participação. Para este fim, os conselhos de saúde deverão informar à população sobre:

a – formas de participação

b – composição do conselho de saúde

c – regimento interno dos conselhos

d – conferências de saúde

(A) apenas "a" está incorreta

(B) apenas "b" está correta

(C) "a", "b" e "c" estão incorretas

(D) "a", "b", "c" e "d" estão corretas

29. Leia as assertivas que seguem e responda **CORRETAMENTE**:

I. Toda pessoa tem direito de representar e ser representado em todos os mecanismos de participação e de controle social do SUS.

II. Os gestores do SUS, nas três esferas de governo e para observância desses princípios, comprometem-se a adotar as providências necessárias para subsidiar a divulgação da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, inserindo em suas ações as diretrizes relativas aos direitos e deveres das pessoas.

(A) a assertiva I é verdadeira e a assertiva II é falsa

(B) a assertiva I é falsa e a assertiva II é verdadeira

(C) as duas assertivas são verdadeiras e a II reforça o que expressa a I

(D) as duas assertivas são verdadeiras, mas a I não se relaciona com a II

30. Como fruto da evolução das relações sociais, o Brasil e o mundo discutem formas de se efetivarem os direitos fundamentais. A Constituição Federal/1988 buscou a transformação da sociedade, na medida em que não se limitou a tratar dos direitos tradicionais (propriedade, o crédito, o fisco) e alcançou direitos sem a mensuração econômica " como é a saúde ", mas que devem ser garantidos e não podem ser violados. Portanto, é essencial à democracia que o sistema de justiça tenha instrumentos garantidores do direito. Nessa perspectiva, é importante entender o que cabe aos diferentes sistemas: sanitário e de justiça, de forma integrada para garantir o direito à saúde:

(A) cabe somente ao sistema de justiça, fazer funcionar a estruturação e a execução da política de saúde

(B) cabe exclusivamente ao sistema sanitário a estruturação e a execução da política de saúde e a estruturação e a execução das garantias aos direitos fundamentais

(C) cabe ao sistema sanitário a estruturação e a execução da política de saúde e ao sistema de justiça, a estruturação e a execução das garantias aos direitos fundamentais

(D) cabe ao sistema sanitário a estruturação e a execução da política de saúde, sem qualquer ação do sistema de justiça para a estruturação e a execução das garantias aos direitos fundamentais

31. É direito da pessoa ter atendimento adequado, com qualidade, no tempo certo e com garantia de continuidade do tratamento, e para isso deve ser assegurado:

I – atendimento ágil, com tecnologia apropriada, por equipe multiprofissional capacitada e em condições adequadas de atendimento.

II – informações sobre o seu estado de saúde, de maneira clara, objetiva, respeitosa e compreensível quanto a possíveis diagnósticos.

III – o direito de decidir se seus familiares e acompanhantes deverão ser informados sobre seu estado de saúde.

IV – só a equipe médica tenha informações e que decida se os familiares devem ser informados sobre o estado de saúde do paciente.

Sobre as assertivas anteriores, responda:

- (A) I, II e III são falsas
(B) I, II, III e IV são falsas
(C) I, II e III são verdadeiras
(D) I, II, III e IV são verdadeiras

32. Os fundamentos do SUS estão expressos na seção II do capítulo II do título VIII da Constituição Federal de 1988, que trata da Seguridade Social. Considerando o que esta seção estabelece, use (F) para falso e (V) para verdadeiro e responda à questão.

() os direitos dos usuários, os deveres do estado e as diretrizes da organização do sistema

() como será financiado esse sistema; a participação da iniciativa privada e de empresas de capital estrangeiro na assistência à saúde

() as atribuições do sistema

() a admissão de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias

- (A) F, F, F, F
(B) V, V, V, V
(C) V, V, V, F
(D) F, V, V, V

33. São introduzidos na regulamentação da Lei, pelo Decreto Federal nº 7.508/2011, os requisitos mínimos para a instituição de Região de Saúde. A Região de Saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços de:

- (A) atenção primária; urgência e emergência; atenção psicossocial; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e vigilância em saúde
(B) urgência e emergência; atenção psicossocial; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e vigilância em saúde
(C) atenção primária; urgência e emergência; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e vigilância em saúde
(D) atenção primária; urgência e emergência; atenção psicossocial; e atenção ambulatorial especializada

34. “No que se refere à saúde indígena, nas Regiões de Saúde em que houver população indígena, deverão ser criadas condições para a prestação de assistência à saúde dessa população, no âmbito do SUS. A Resolução/CIT nº 10, de 17 de dezembro de 2013 estabelece, inclusive, que deve ser garantida a participação dos representantes dos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena na qualidade de convidados, nas reuniões e nas atividades realizadas pelas Comissões Intergestores Regionais (CIR) e pelas Comissões Intergestores Bipartites (CIB), a fim de promover a articulação e a integração dos gestores do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasisus) com os gestores estaduais e municipais do SUS em torno de temas afetos à Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e sua relação com as políticas públicas de saúde do SUS.” p.29-30

O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado. Nessa perspectiva, as populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS:

- (A) exclusivamente em âmbito local, de acordo com suas necessidades, compreendendo somente a atenção primária à saúde
(B) em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde
(C) em âmbito local e regional, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária e secundária à saúde
(D) em centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção secundária à saúde

35. O acesso às ações e aos serviços de saúde deve ser universal, igualitário e ordenado e para assegurá-lo caberão as seguintes atribuições aos Entes Federativos:

1. garantir a transparência, a integralidade e a equidade no acesso às ações e aos serviços de saúde
2. orientar e ordenar os fluxos das ações e dos serviços de saúde
3. monitorar o acesso às ações e aos serviços de saúde
4. ofertar, de forma centralizada, as ações e os serviços de saúde

- (A) são falsas as assertivas 1, 2 e 3
(B) são falsas as assertivas 1, 2 e 4
(C) são verdadeiras as assertivas 1, 2 e 4
(D) são verdadeiras as assertivas 1, 2 e 3

36. Com base no que estabelecem o Decreto nº 7.508/2011 e a LC nº 141/2012, a Portaria nº 2.135/2013 estabelece diretrizes para o processo de planejamento no SUS e indica alguns pressupostos, **EXCETO**:

- (A) contemplar o monitoramento e a avaliação e integrar a gestão do SUS
- (B) respeitar os resultados das pactuações entre os gestores nas Comissões Intergestores Regionais, Bipartite e Tripartite
- (C) ser descendente e integrado, do federal até o local, orientado por problemas de ordem orçamentária para a construção de Diretrizes, Objetivos e Metas
- (D) configurar como responsabilidade individual dos três Entes Federados a ser desenvolvido de forma contínua, articulada, integrada e solidária entre as três esferas de governo

37. Leia com atenção e marque a alternativa com as palavras que completam corretamente o texto que segue:

"Portanto, para a construção de uma Política de Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS), a(o) _____ deve ser vista como uma das dimensões fundamentais, não podendo ser entendida como apenas um(a) _____ a mais a ser aplicado aos diversos serviços de saúde, mas como um(a) _____ que opere _____ em toda a rede SUS."p.6.

- (A) política; "projeto"; lógica; transversalmente
- (B) "projeto"; "programa"; política; transversalmente
- (C) humanização; "projeto"; política; transversalmente
- (D) humanização; "programa"; política; transversalmente

38. Com a implementação da Política Nacional de Humanização (PNH), o SUS trabalha para consolidar, prioritariamente, quatro marcas específicas:

1. Serão reduzidas as filas e o tempo de espera com ampliação do acesso e atendimento acolhedor e resolutivo baseados em critérios de risco.
2. Todo usuário do SUS saberá quem são os profissionais que cuidam de sua saúde, e os serviços de saúde se responsabilizarão por sua referência territorial.
3. As unidades de saúde garantirão as informações ao usuário, o acompanhamento de pessoas de sua rede social (de livre escolha) e os direitos do código dos usuários do SUS.
4. As unidades de saúde garantirão gestão participativa, exclusivamente, aos seus usuários, assim como educação permanente aos trabalhadores.

São verdadeiras as assertivas:

- (A) 1, 2, e 3
- (B) 1, 2, e 4
- (C) 1, 3 e 4
- (D) 2, 3 e 4

39. Constituem orientações estratégicas para a implementação do Programa Nacional de Humanização (PNH), **EXCETO**:

- (A) consolidar e expandir a rede virtual de humanização, facilitando trocas, dando visibilidade às experiências exitosas e multiplicando práticas comprometidas com a PNH
- (B) deixar a critério exclusivo de cada instituição de saúde, e sem o uso de incentivos, a construção de protocolos para serviços com perfil humanizador
- (C) instituir sistemática de acompanhamento e avaliação, incluindo processos de monitoramento e criação de indicadores relacionados à PNH, articulados com as demais políticas de avaliação do Ministério da Saúde
- (D) consolidar e expandir os Grupos ou Comitês de Humanização nas secretarias estaduais de saúde (SES), nas secretarias municipais de saúde (SMS) e nos serviços de saúde, entendidos como dispositivos de articulação, estímulo, valorização e formulação de políticas de humanização nas diferentes práticas e instâncias gestoras da saúde

40. Além das Diretrizes gerais para a implementação da PNH, nos diferentes níveis de atenção, pode-se destacar também as Diretrizes específicas por nível de atenção. No que se refere à Atenção Básica é **CORRETO** afirmar que as Diretrizes específicas compreendem:

I. Elaborar projetos de saúde individuais, desconsiderando os projetos coletivos para usuários e sua rede social, considerando as políticas intersetoriais e as necessidades de saúde

II. Incentivar práticas promocionais de saúde

III. Estabelecer formas de acolhimento e inclusão do usuário que promovam a otimização dos serviços, o fim das filas, a hierarquização de riscos e o acesso aos demais níveis do sistema.

IV. Comprometer-se com o trabalho em equipe, de modo a aumentar o grau de corresponsabilidade, e com a rede de apoio profissional, visando a maior eficácia na atenção em saúde

- (A) I, II e III
- (B) I, III e IV
- (C) II, III e IV
- (D) I, II, III e IV